

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, CONTÁBEIS E DE
COMÉRCIO INTERNACIONAL
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

VANESSA WITT

TERCEIRO SETOR: A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO
CONTÁBIL NA GESTÃO DE UMA ORGANIZAÇÃO
RELIGIOSA CATÓLICA

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel
em Ciências Contábeis da
Universidade de Caxias do Sul
Orientador: Ms.Elias Milton Denicol.

CAXIAS DO SUL

2012

VANESSA WITT

**TERCEIRO SETOR: A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO
CONTÁBIL NA GESTÃO DE UMA ORGANIZAÇÃO
RELIGIOSA CATÓLICA**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel
em Ciências Contábeis da
Universidade de Caxias do Sul
Orientador: Ms.Elias Milton Denicol

Aprovado (a) em ____/____/____

Banca Examinadora:

Presidente

Prof. Ms. Elias Milton Denicol
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Examinadores:

Prof.
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Prof.
Universidade de Caxias do Sul - UCS

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha filha Isabelle, a minha mãe Rosita, a meu esposo João e a meu tio Padre Joni que com amor, dedicação e exemplo nunca mediram esforços para que este trabalho atingisse seus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Quero expressar meus agradecimentos a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, colaboraram para que este trabalho fosse realizado. Em especial ao meu orientador, Professor Ms. Elias Milton Denicol, pela sua competência e orientação durante todo o desenvolvimento desta monografia. Agradeço de forma toda especial, meu esposo João e minha filha Isabelle pelo amor, compreensão e apoio que foram de suma importância para a concretização deste trabalho. Agradeço de todo o coração também, a minha mãe Rosita e meu tio Padre Joni que sempre acreditaram e apostaram nas minhas escolhas e nunca mediram esforços para me ajudar a vencer. Também agradeço aos colegas da Mitra Diocesana de Caxias do Sul que muito me apoiaram e auxiliaram para a realização deste trabalho.

PENSAMENTO

Sucesso é o resultado da prática constante de fundamentos e ações vencedoras. Não há nada de milagroso no processo, nem sorte envolvida. Amadores aspiram, profissionais trabalham.
Bill Russel

RESUMO

Esta monografia enfoca: Terceiro Setor: A Importância da Informação Contábil na Gestão de uma Organização Religiosa Católica. É visível o crescimento das entidades de terceiro setor que exercem um importante papel na economia brasileira por não terem como objetivo principal o lucro, mas sim o ser humano. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é demonstrar através de pesquisa bibliográfica a importância da informação contábil, bem como os aspectos contábeis e tributários dessas entidades, destacando suas características e especificidades. Também este trabalho apresenta um estudo de caso sobre o Balanço Patrimonial e da Demonstração de Superávit ou Déficit de uma Organização Religiosa pertencente à Igreja Católica, Apostólica e Romana, denominada Mitra Diocesana de Caxias do Sul, que atua em trinta municípios da região, os quais constituem a Diocese de Caxias do Sul. Entidade sem fins lucrativos que tem como objetivo a evangelização, a valorização e o crescimento do ser humano. Embora seja uma organização imune, tem obrigação de manter escrituração contábil. Portanto, com as evidências apresentadas ao longo desta monografia certamente este trabalho contribui na gestão dos bens colocados a serviço da evangelização, atividade fim das comunidades-igreja.

Palavras-chave: Terceiro Setor. Organização Religiosa. Informação Contábil. Sem Fins Lucrativos.

LISTA DE SIGLAS

CAEP -	Conselho para Assuntos Econômicos Paroquiais
CDC -	Código de Direito Canônico
CFC -	Conselho Federal de Contabilidade
CNBB -	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPJ -	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CPP -	Conselho Paroquial de Pastoral
DACOM -	Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais
DCTF -	Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais
DFC -	Demonstração do Fluxo de Caixa
DIPJ -	Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica
DIRF -	Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte
DMPL -	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DRE -	Demonstração do Resultado do Exercício
ESFL -	Entidades Sem Fins Lucrativos
NBCT -	Normas Brasileiras de Contabilidade
OS -	Organizações Sociais
OSCIP -	Organizações da Sociedade de Interesse Público
P.P -	Pontos Percentuais
UCS -	Universidade de Caxias do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO.....	10
1.2	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	11
1.3	HIPÓTESES OU PROPOSIÇÕES	12
1.4	OBJETIVOS	13
1.4.1	Objetivo geral	13
1.4.2	Objetivos específicos	13
1.5	METODOLOGIA.....	13
1.6	ESTRUTURA DO ESTUDO	15
2	TERCEIRO SETOR.....	17
2.1	DISTINÇÃO ENTRE IMUNIDADE E ISENÇÃO	18
2.2	DEFINIÇÃO DE ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA	21
2.2.1	Igreja Católica.....	21
2.2.1.1	Paróquia	23
3	IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PARA O TERCEIRO SETOR.....	25
3.1	PRINCIPAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	27
3.1.1	Balço Patrimonial.....	28
3.1.2	Demonstração do Resultado do Exercício	29
3.1.3	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	30
3.1.4	Demonstração do Fluxo de Caixa.....	30
3.1.5	Notas Explicativas	31
4	MITRA DIOCESE DE CAXIAS DO SUL	34
4.1	CARACTERÍSTICAS DA ENTIDADE EM ESTUDO.....	34
4.2	MERCADO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	36
5	ESTUDO DE CASO	38
5.1	ANÁLISES E DISCUSSÕES	38
5.2	ANTECEDENTES NA LITERATURA	41
5.3	ESTUDO DE CASO MITRA DIOCESANA	42
5.3.1	Análise Vertical	43
5.3.2	Análise Horizontal.....	43
5.3.3	Análise do Balço Patrimonial.....	44
5.3.4	Análise do Superávit ou Déficit	46
6	CONCLUSÃO	49

REFERÊNCIAS.....51

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

A estrutura da economia brasileira está dividida em três setores. O primeiro setor é o governo, responsável por questões sociais cuja finalidade primeira é promover atendimento às demandas públicas, como saúde, educação, transporte e segurança. Os recursos provêm de tributos e de financiamentos e são aplicados integralmente na infraestrutura e no bem estar da sociedade.

O segundo setor é o privado (mercado) que trata das questões individuais cuja constituição e finalidades são marcadas pela geração e obtenção de lucro através da prestação de serviços, venda de mercadorias e afins. Os recursos (lucro) obtidos são distribuídos, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, aos investidores.

Devido as deficiências do Estado em atender certos setores sociais, surgiu o terceiro setor organizado a partir de iniciativas da sociedade civil. Os recursos são provenientes basicamente de doações. O terceiro setor caracteriza-se por não ter fins lucrativos, porém definir clara e objetivamente tal expressão de acordo com Olak e Nascimento (2010) é uma tarefa complexa, uma vez que o lucro é muito abrangente e, portanto, deve ser muito bem caracterizado.

Ter lucro é uma questão de sobrevivência e continuidade de qualquer tipo de empresa ou entidade, no entanto, de acordo com Hudson (2002) as atividades do terceiro setor são orientadas, criadas e mantidas por valores de pessoas que acreditam na necessidade de mudanças e que tomam providências nesse sentido. Em caso de superávit, esse não deve ser distribuído aos associados e, sim, reinvestido nas atividades-fins da entidade.

As constantes preocupações sociais e assistenciais das confrarias, ordens religiosas e irmandades possibilitaram o desenvolvimento de tais entidades. O terceiro setor decorre de princípios públicos e privados (primeiro e segundo setor). Suas ações seguem a lógica do altruísmo, da filantropia, da reciprocidade, dos costumes e tradições, das concepções morais e religiosas entre outras. Nele encontram-se organizações como: Fundações, Associações, Institutos e entidades que atuam em demandas sociais.

No Brasil as instituições sem fins lucrativos também se caracterizam pelo vínculo com as instituições religiosas, principalmente com a Igreja Católica.

1.2 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Atualmente é visível o crescimento das entidades que não visam o lucro, mas que dependem dele para sua manutenção e continuidade. Tais entidades vêm exercendo um papel muito importante na economia brasileira.

O terceiro setor é composto por organizações sem fins lucrativos e não governamentais, que tem como objetivo prestar serviços de caráter público, filantrópico, beneficente, religioso, cultural, educacional, entre outros. Definem-se, portanto, como instituições privadas que possuem como propósito específico a mudança social e cujo patrimônio é composto, mantido e ampliado através de doações, contribuições e subvenções. Conforme Olak e Nascimento (2010) a matéria-prima destas entidades são os indivíduos e o produto final são os seres humanos transformados, aprimorados. Logo o objetivo maior dessas entidades é o de provocar mudanças sociais.

Independentemente de a organização ser com ou sem fins lucrativos, para que possa atingir seus objetivos é importante e indispensável que mantenha um controle e uma prestação de contas coerentes e precisos. Para tanto se torna necessário que as informações geradas sejam baseadas e apresentadas de forma clara e precisa. Não basta apenas que as entidades tenham boas intenções, é preciso que aprendam a gerir bem os seus recursos demonstrando transparência aos colaboradores e atendendo às exigências da legislação e do fisco.

Embora as entidades de terceiro setor se preocupem com o social, o seu processo econômico precisa ser trabalhado e controlado a fim de garantir a eficiência e eficácia na gestão da entidade, maximizando dessa forma o benefício social. Nesse contexto a contabilidade exerce um papel fundamental, uma vez que proporciona a transparência através da prestação de contas e garante que a legislação e o fisco sejam atendidos a contento.

Diante do exposto é realizado um estudo de uma Organização Religiosa Católica denominada Mitra Diocesana de Caxias do Sul que conforme seu estatuto possui personificação jurídica civil da Diocese de Caxias do Sul.

É certo que quando se trabalha com as entidades religiosas, há vários obstáculos a serem vencidos uma vez que há carência bibliográfica e há grande necessidade de informações sobre a gestão organizacional e de conceitos a respeito da administração e captação de recursos em prol do aprimoramento do trabalho desenvolvido por tais entidades. As entidades religiosas pertencem ao terceiro setor por não terem finalidades lucrativas e por atenderem a todos através de ações sociais.

Segundo Altoé (2011, p.59), a Igreja desempenha um importante papel na construção e gestão da cidadania:

Acredito ser esse o papel fundamental da igreja frente à política. Muito mais do que garantir pessoas ligadas à igreja nas esferas políticas, para garantir seus direitos e privilégios, deve-se garantir pessoas às administrações abertas, transparentes e participativas sejam exercícios de um novo jeito de administrar, de fazer política.

A delimitação realizada se justifica pelo fato das entidades religiosas desenvolverem um trabalho que valoriza o ser humano, que trabalha em prol das comunidades e que acima de tudo busca a transparência e a legalidade de seus atos, porém pouco conhecido e divulgado em nossa sociedade.

Tendo como base a delimitação do tema de pesquisa a questão para o estudo é: Como definir a importância da informação contábil para a gestão de uma entidade religiosa, sendo que ela tem imunidade tributária?

A definição de tal questão, além de levar em consideração a delimitação do tema, também considera a necessidade de se demonstrar aos padres e leigos, fiéis e colaboradores das comunidades-igreja a importância de se manter uma prestação de contas fiel aos acontecimentos da comunidade a fim de garantir a manutenção e o progresso de um patrimônio que pertence a todos.

1.3 HIPÓTESES OU PROPOSIÇÕES

H₁: Por ser imune, uma entidade religiosa católica é desobrigada a manter contabilidade.

H₂: A contabilidade é uma condição para manter a imunidade tributária.

H₃: Entidades religiosas católicas que mantêm escrituração contábil apresentam melhores resultados.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo geral

Demonstrar a importância e os benefícios da contabilidade para gestão de uma Organização Religiosa Católica.

1.4.2 Objetivos específicos

- 1) Realizar pesquisa bibliográfica apontando questões sobre especificidades e administração das Organizações Religiosas Católicas;
- 2) Identificar as diferenças entre o primeiro, segundo e terceiro setor da economia, abordando em especial as particularidades das Organizações Religiosas Católicas;
- 3) Abordar as obrigações fiscais do terceiro setor, em especial de uma Organização Religiosa Católica;
- 4) Destacar a importância das análises vertical, horizontal e horizontal deflacionada para a gestão de uma Organização Religiosa Católica;
- 5) Analisar os dados apresentados no Balanço e na Demonstração de Superávit ou Déficit de uma Organização Religiosa Católica avaliando a importância desta análise.

1.5 METODOLOGIA

Sob o ponto de vista da natureza, a pesquisa realizada é aplicada uma vez que tem por objetivo ser utilizada na Mitra Diocesana de Caxias do Sul. Quanto à abordagem do problema, é uma pesquisa qualitativa já que não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados.

Em relação aos objetivos, é realizada uma pesquisa descritiva, buscando descrever características da Organização Religiosa, neste caso da Mitra Diocesana de Caxias do Sul a partir da observação do trabalho realizado pela entidade.

Para o desenvolvimento desta pesquisa o procedimento técnico a ser usado é um levantamento bibliográfico, em que através de aspectos relacionados ao tema pesquisado busca-se evidenciar os diversos conceitos que devem ser considerados

em uma entidade de terceiro setor. Também é feito um estudo de caso da Mitra Diocesana de Caxias do Sul.

Para Köche (2010), a pesquisa bibliográfica é a que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres. Na pesquisa bibliográfica o investigador irá levantar o conhecimento disponível na área, identificando as teorias produzidas, analisando-as e avaliando sua contribuição para auxiliar a compreender ou explicar o problema objeto da investigação. O objetivo da pesquisa bibliográfica é o de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre determinado tema ou problema, tornando-se indispensável para qualquer tipo de pesquisa.

Segundo Marconi e Lakatos (2009) a pesquisa bibliográfica trata do levantamento de toda a bibliografia publicada em livros, revistas, publicações. Tem por finalidade que o pesquisador entre em contato com tudo o que foi abordado sobre o assunto. A pesquisa bibliográfica pode ser considerada como primeiro passo de toda pesquisa científica.

De acordo com Gil (2010), a pesquisa bibliográfica tradicionalmente inclui material impresso, todavia em virtude da disseminação de novos formatos de informação, esta pesquisa passou a incluir outras fontes como, por exemplo, CDs, fitas magnéticas e material disponibilizado pela Internet. A principal vantagem citada pelo autor está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos mais ampla do que pesquisar diretamente. Ainda para Gil, o fato de fontes secundárias apresentarem dados equivocados é um contraponto que pode comprometer a qualidade da pesquisa, para tanto sugere que os pesquisadores analisem as informações e utilizem diversas fontes.

Com base na pesquisa bibliográfica realizada, será realizado um estudo de caso procurando evidenciar o quão importante é a contabilidade para a gestão da Mitra Diocesana de Caxias do Sul.

Em relação ao estudo de caso Gil (2010) afirma que consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, permitindo amplo e detalhado conhecimento.

Para Yin (2005), o estudo de caso é encarado como delineamento mais adequado para investigação de um fenômeno dentro do contexto real, em que os limites são percebidos claramente.

Para a realização da pesquisa são utilizados os seguintes recursos bibliográficos:

- Levantamento bibliográfico de livros, revistas, artigos e documentos que abordem questões sobre entidades de terceiro setor;
- Pesquisa junto à biblioteca central da Universidade de Caxias do Sul (UCS);
- Consulta aos arquivos da Mitra Diocesana de Caxias do Sul, para verificar bibliografia existente sobre Gestão Paroquial;
- Contato com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) Regional Sul 3, para aquisição de material;
- Pesquisa, através da internet, de obras e artigos que abordem o tema.
- Apresentação de um estudo de caso sobre a Mitra Diocesana de Caxias do Sul, evidenciando conceitos, números e aspectos importantes sobre a Contabilidade na gestão de entidades religiosas.

1.6 ESTRUTURA DO ESTUDO

No primeiro capítulo aborda-se a Contextualização do Estudo, o Tema e problema de pesquisa, as Hipóteses ou Proposições, os Objetivos, a Metodologia e a Estrutura do Estudo a ser realizado.

No segundo capítulo apresenta-se o conceito e o trabalho desenvolvido pelas entidades de terceiro setor. São elencadas as características e as particularidades do setor que desempenha um importante papel na economia brasileira. Também são evidenciadas as Organizações Religiosas. São explicitados conceitos e a estrutura desta organização. Definindo o conceito, objetivos e trabalhos desenvolvidos pela paróquia. Nesse capítulo o objetivo principal é o de identificar e caracterizar as entidades de terceiro setor.

No terceiro capítulo é abordada a questão da importância e necessidade da contabilidade nas entidades de terceiro setor, em especial nas organizações religiosas. São evidenciados os princípios de contabilidade e as principais demonstrações contábeis.

No quarto capítulo é apresentada a empresa caso, com ênfase no seu histórico, estrutura, mercado de trabalho e atividades desenvolvidas.

No quinto capítulo é realizado um estudo de caso da Instituição Mitra Diocesana de Caxias do Sul. São apresentadas análises e discussões em relação à

Instituição. Em seguida são feitas as análises do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Superávit ou Déficit da entidade com o objetivo de demonstrar a importância dele no orçamento da instituição

Ao final do quinto capítulo comprova-se que embora as entidades de terceiro setor tenham natureza diferenciada das entidades privadas a contabilidade além de atender a legislação serve como meio para os gestores no desenvolvimento de suas atividades a fim de prestar informações claras e transparentes e dessa forma manter a credibilidade. Garantindo, assim, a existência e a continuidade do espírito solidário, objetivo maior das entidades de terceiro setor.

No sexto capítulo são destacadas as conclusões e as evidências encontradas ao longo do trabalho de pesquisa.

2 TERCEIRO SETOR

As organizações, instituições e entidades sem fins lucrativos fazem parte do terceiro setor, termo que engloba um amplo leque de entidades e que também recebe outras denominações: Entidades sem fins lucrativos (ESFL); Organizações não Governamentais; Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Para Hudson (2002), o terceiro setor é composto por organizações com objetivos sociais, ao invés de econômicos. Nele encontram-se instituições de caridade, organizações religiosas, entidades voltadas para as artes, organizações comunitárias, sindicatos e outras organizações voluntárias. Ainda de acordo com o autor, são organizações que não distribuem lucros aos proprietários e não estão sujeitas a controle público direto, elas têm independência para determinar o futuro.

Nos últimos anos o terceiro setor se desenvolveu em um contexto social econômico e político complexo, incerto e instável, cercado de mudanças e avanços tecnológicos e científicos, portanto, precisa ser compreendido dentro da conjuntura social, econômica e política que englobe tal configuração contemporânea.

Por conta desses conceitos identifica-se claramente que o terceiro setor não visa à lucratividade e nem a produtividade, mas sim o desenvolvimento de atividades que promovam o crescimento do ser humano e da sociedade. A denominação de terceiro setor para as empresas decorre da classificação das organizações de acordo com a finalidade de suas atividades.

De acordo com Olak e Nascimento (2010), *apud*, Freeman e Shoulders (1993) as entidades sem fins lucrativos possuem peculiaridades. O lucro não é a razão de ser de tais entidades, as fontes de recursos limitam-se em contribuições e doações. Os bens pertencem a comunidade e as decisões são tomadas por consenso de voto através de assembléias.

Definir o terceiro setor é algo complexo, uma vez que há uma diversidade muito grande de organizações que o constituem. As ações desenvolvidas por esse setor da economia abrangem desde ações puramente assistencialistas até pesquisas financiadas por empresas a fim de encontrar respostas para grandes questões sociais, educacionais, entre outras.

De acordo com Hudson (2002), o terceiro setor é muito influente. Muitas mudanças e inovações sociais foram obtidas a partir deste setor. O alcance dele é

grande e afeta praticamente todas as pessoas que, de uma forma ou outra, tornam-se membros de associações, recebem atendimento em universidades, filiam-se a sindicatos entre outras atividades em que se envolvem.

Segundo Olak e Nascimento (2010), as entidades sem fins lucrativos são classificadas sob três óticas distintas: 1- Quanto às atividades que desempenham podem ser entidades de caráter beneficente, filantrópico e caritativo; de assistência à saúde; entidades religiosas; entidades de caráter educacional, cultural, instrutivo, científico, artístico e literário; entidades de caráter recreativo e esportivo; associações de classe; entidades sindicais ou sociedades cooperativas. 2- Quanto à origem dos recursos financeiros e materiais classifica-se em entidades que dependem fundamentalmente das subvenções governamentais (Entidades de Fins Filantrópicos) e em entidades que não dependem de subvenções governamentais: entidades religiosas, associações classistas, entidades sindicais. 3- Quanto à extensão dos benefícios sociais divididas em entidades que prestam serviços a toda comunidade irrestrita e incondicionalmente e em entidades que restringem seus benefícios apenas ao quadro social: o acesso a estas entidades é exclusivo aos associados, sócios e dependentes

O terceiro setor tem uma ligação grande com as organizações religiosas. Diante de sua dimensão percebe-se que as atividades desenvolvidas são de suma importância na dinâmica de uma sociedade que busca a transformação e o aprimoramento do ser humano.

2.1 DISTINÇÃO ENTRE IMUNIDADE E ISENÇÃO

Ao trabalhar com o terceiro setor, aborda-se a questão da imunidade tributária, uma vez que conforme Oliveira e Romão (2006) é um setor que é visto como derivado da conjunção das finalidades do primeiro setor com as metodologias do segundo setor. As atividades desenvolvidas por ele buscam benefícios coletivos e auxiliam o estado no cumprimento de seus deveres. Como o estado não consegue cumprir com a sua função social, alguns recursos migram para o terceiro setor através de subsídios, incentivos fiscais, repasse de verbas, imunidades e isenções de tributos a fim de que possam desenvolver suas atividades em prol do bem social.

Seria injusto tributar aquele que auxilia o Estado no atendimento de serviços de interesse coletivo, uma vez que o objetivo do tributo é justamente o de viabilizar a

prestação de tais serviços. A própria Constituição Federal estabelece situações em que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estão proibidos e limitados no poder de tributar.

Portanto, o poder de tributar tem limitações que segundo Amaro (2010), demarcam, delimitam, fixam fronteiras ou limites ao exercício do poder de tributar. Estas limitações são instrumentos definidores da competência tributária dos entes políticos e não devem ser vistos como obstáculos ou vedações. Ainda segundo Amaro (2010, p. 127):

Além de buscar uma demarcação tanto quanto possível nítida das áreas de atuação de cada ente político, com a partilha da competência tributária, a Constituição fixa vários balizamentos, que resguardam valores por ela reputados relevantes, com atenção especial para os direitos e garantias individuais. O conjunto dos princípios e norma que disciplinam esses balizamentos da competência tributária corresponde às chamadas limitações do poder de tributar.

A imunidade tributária se apresenta como uma garantia constitucional, consta na Constituição Federal. Segundo Oliveira e Romão(2005) não é um favor legal, é uma garantia da Constituição que impede aos poderes de cobrar impostos. Desta forma, no artigo 150 da Constituição da República, é vedado instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços das instituições e organizações sem fins lucrativos. No inciso VI fica evidenciada a imunidade tributária para: templos de qualquer culto; partidos políticos, inclusive suas fundações; entidades sindicais dos trabalhadores e instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

Para Amaro (2010, p. 174) a imunidade

...é, assim a qualidade da situação que não pode ser atingida pelo tributo, em razão de norma constitucional que, à vista de alguma especificidade pessoal ou material dessa situação, deixou-a de fora do campo sobre que é autorizada a instituição do tributo.

Com a imunidade tributária os poderes tributadores são proibidos de instituir tributos. O poder de tributar não existe, portanto, não há o fato gerador. Nesta perspectiva, segundo Cassone (2002, p. 133) a imunidade

é uma limitação constitucional ao poder de tributar, prevista expressamente pela Constituição Federal. Significa dizer que a pessoa e/ ou bem descrito pela Constituição não podem sofrer tributação.

Diante dos conceitos, percebe-se que os autores concordam em relação à imunidade tributária.

A isenção é a dispensa de recolhimento de tributo que o Estado concede por lei ordinária. É um favor legal que pode ser dado em determinado período e retirado em outro. Na isenção ocorre o fato gerador, mas existe a dispensa de lançamento do tributo.

Conforme Cassone (2004, p. 135) a isenção é

... a dispensa legal do pagamento de determinado tributo, via de regra concedida em face do relevante interesse social ou econômico regional, setorial ou nacional.

A isenção pode abranger todos os tipos de tributos: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais. Cada esfera de governo é responsável por legislar sobre os tributos de sua competência.

A Lei nº 9.532/97 determina que:

Art. 15. Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

São isentas as pessoas jurídicas de direito privado que não tenham finalidade lucrativa e que não se enquadram nas imunes, como por exemplo: sindicatos patronais; clubes esportivos, recreativos e culturais, entidades filantrópicas e associações civis. No entanto, Cassone (2004, p. 133) diferencia a imunidade e a isenção:

A distinção básica, entre uma e outra, se dá no fato de, enquanto na imunidade a Constituição retira a operação do campo da incidência, impossibilitando a ocorrência do fato gerador, na isenção a operação continua no campo da incidência, ocorre o fato gerador, nasce a obrigação tributária, mas a lei dispensa seu pagamento.

É de suma importância conhecer os aspectos da *imunidade* e da *isenção* tributária para se administrar uma entidade de terceiro setor uma vez que tais limitações ao poder de tributar proporcionam bons resultados para o sustento dessas organizações que buscam na assistência social o bem comum.

2.2 DEFINIÇÃO DE ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA

A organização religiosa é uma entidade sem fins lucrativos, portanto pertence, ao terceiro setor da economia. Ela trabalha em prol das atividades que promovem e valorizam o ser humano e engloba instituições de cunho religioso que desenvolvem suas atividades baseando-se em crenças, valores e tradições.

De acordo com o Código Civil no artigo 44, §1º: são livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento. Isso significa que não estão abaixo do rigor jurídico até então imposto pelo texto original do Código Civil.

Portanto, a organização religiosa é livre para definir sua organização, estrutura e funcionamento. Porém conforme Oliveira e Romão (2006) isso não a exime de seguir uma estrutura jurídica na elaboração de seus estatutos. Com o novo Código Civil, a elaboração de um estatuto para uma organização religiosa deverá ser desenvolvida com referência às associações civis, uma vez que na lei civil não há uma definição específica para tal organização.

A partir da lei Federal 10.825/03 a organização religiosa passou a ser considerada como pessoa jurídica de direito privado, antes disso classificava-se como associação.

2.2.1 Igreja Católica

A Igreja Católica é uma organização religiosa, também definida como Igreja Católica Apostólica Romana. Para Delaméa (1989) a igreja é tão rica e complexa em significados que fica difícil obter uma única definição. Segundo a autora, ela pode ser vista sob duas dimensões, a espiritual como corpo místico e sob a dimensão social como o povo de Deus. Uma vez que age através de doações recebidas em prol do bem comum pode-se dizer que igreja é formada de homens e para homens.

A Igreja Católica tem aproximadamente dois mil anos e mesmo assim continua tocando intimamente a vida pessoal de milhões de pessoas. Segundo Reese (1997) a igreja tem sido o meio através do qual as pessoas são socializadas na comunidade à medida que a fé é transmitida de geração para geração. Através da igreja, os cristãos unem forças para satisfazer suas necessidades religiosas e sociais.

Essa organização religiosa é regida pelo Código de Direito Canônico (CDC). Para Gonçalves (2004), o direito canônico é aquele que organiza a vida da Igreja Católica. O autor ainda completa que a legislação da igreja tem por fim maior perfeição da vida cristã, para melhor cumprimento da missão salvífica, e deve, portanto, ser vivida com ânimo sincero e boa vontade.

Hierarquicamente a organização da igreja se dá através da Santa Sé, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dioceses e Paróquias. A Santa Sé é o governo central da Igreja Católica. É a sede do Papa, ou seja, o bispo de Roma. Ele é o chefe supremo da Igreja Católica, ele é sucessor direto do apóstolo São Pedro e é eleito pelo Colégio de Cardeais. Dedicar-se a trabalhos de caridade e defesa dos direitos humanos.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é a instituição que congrega os bispos da igreja no país e busca desenvolver ações pastorais em favor dos fiéis. Por sua vez, as Dioceses são unidades geográficas e organizacionais da Igreja, chefiadas por bispos ou arcebispos. De acordo com o Manual de Procedimentos Administrativos da CNBB, toda a Diocese é dividida em partes distintas ou paróquias.

Na atuação como representante do povo de Deus a Diocese se organiza como:

1º - Pessoa Jurídica Canônica para responder questões relacionadas ao mundo pastoral, espiritual e disciplinar, fundamentada nas regras de Direito Canônico, através da denominação Cúria.

Conforme o Código de Direito Canônico (art.469), (1983, p. 223)

A cúria diocesana consta dos organismos e das pessoas que ajudam o Bispo no governo de toda a diocese, principalmente na direção da ação pastoral, no cuidado da administração da diocese e no exercício do poder judiciário.

Portanto, a Cúria é um elemento fundamental de comunhão e participação na vida da Igreja.

2º - Pessoa Jurídica de Direito Eclesiástico respeitada pela sociedade civil, cumpridora dos deveres constitucionais e contemplada com a razão social de Mitra Diocesana (complemento da Cidade), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e reconhecida nos termos do Código Civil Brasileiro. Tem como representante legal o Bispo Diocesano.

2.2.1.1 Paróquia

Como parte que integra a Diocese, encontra-se a paróquia. Segundo o Código Canônico, art. 515 § 1 (1983, p. 243):

Paróquia é uma determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja particular, e seu cuidado pastoral é confiado ao pároco como a seu pastor próprio, sob a autoridade do Bispo diocesano.

As paróquias são comunidades que estão sob administração da Diocese e dentro de um limite territorial. Os trabalhos desenvolvidos dentro de uma paróquia geralmente são de forma voluntária e visam o bem da comunidade e a sustentação da igreja paroquial.

Para Delaméa (1987, p. 31):

No âmbito da diocese, como um todo orgânico, encontramos as paróquias como partes integrantes desse todo (cân.374 §1). Cada paróquia, como parte da diocese, tem limites territoriais (cân.518) estáveis, fixados pelo Bispo Diocesano e quando se trata de paróquia pessoal o Bispo diocesano fixa a abrangência (rito, língua, nacionalidade...) da paróquia.

O pároco é o representante legal da paróquia. Conforme Pereira (2009) o pároco tem como tarefa principal dirigir a paróquia na condição de principal responsável por ela. Ele deve administrar e gerir os bens reais e simbólicos, bens materiais e bens sagrados, desempenhando a função de organizar as operações tanto burocráticas, contábeis e de recursos humanos, bem como as atividades pastorais e sociais.

Ainda segundo Pereira (2009, p. 10),

Para ser um pároco líder democrático, não é preciso ter todas as respostas, mas saber fazer todas as perguntas e permitir que sejam respondidas pela comunidade. É saber estimular a criatividade e a inovação da vida da paróquia e estar sempre pronto a aprender.

O bom desenvolvimento da paróquia depende de dois importantes organismos. O conselho paroquial de pastoral (CPP) e o conselho para assuntos econômicos (CAEP). Pode-se dizer que ambos funcionam como pilar de sustentação, sem um deles a paróquia terá dificuldades na organização.

Conforme Pereira (2009) o Conselho Paroquial de Pastoral é um grupo de pessoas, escolhidas pela comunidade, em assembléia paroquial, e em comunhão com o pároco, provisionadas pelo bispo que têm a função de refletir, planejar e executar atividades pastorais, com o objetivo de realizar a missão evangelizadora e santificadora da Igreja, garantindo a vida em comunhão na paróquia organizando e articulando as pastorais. Por sua vez, o Conselho para Assuntos Econômicos Paroquiais atende uma exigência do Código de Direito Canônico. Conforme cân.1280, *o Conselho Econômico é obrigatório, como o é em todas as pessoas jurídicas canônicas*. Portanto, a paróquia por ser inscrita no CNPJ (Cadastro de Pessoa Jurídica) necessariamente precisa do CAEP. Tal conselho é fundamental para o gerenciamento paroquial, pois favorece a administração da área financeira e patrimonial da entidade.

Nesta medida, cada paróquia deve dispor de recursos econômico-financeiros para o desenvolvimento de suas finalidades, portanto a gestão de uma paróquia vai muito além da questão pastoral.

Neste capítulo apresentou-se o terceiro setor e seus reflexos. Foram destacados aspectos específicos do trabalho realizado pelas instituições desse setor da economia, abordando elementos da Organização Religiosa. Em função disto o próximo capítulo tratará da importância da contabilidade para tais entidades. A fim de esclarecer o leitor e também com o objetivo de auxiliar na busca da resposta da questão de estudo.

3 IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PARA O TERCEIRO SETOR

Tendo a dimensão do significado das entidades de terceiro setor na sociedade, é de suma importância que tais entidades sejam administradas a fim de manterem transparência e garantirem o desenvolvimento. Para tanto, a contabilidade desempenha um papel de muita relevância, uma vez que serve como instrumento para dar o suporte necessário em relação à prestação de contas e informações através de relatórios e demonstrações.

O terceiro setor também tem a necessidade de sistematizar os procedimentos com o objetivo de manter seu patrimônio. Independentemente da classificação, objetivos e missão da entidade, a contabilidade se faz importante, registrando e acompanhando as alterações ocorridas e gerando informações significativas para tomada de decisão a fim de garantir a continuidade dessas instituições que trabalham em prol do bem comum.

De acordo com a XIII Convenção de Contabilidade do RS a contabilidade para o terceiro setor é um instrumento de: credibilidade, defesa legal, transparência, integridade da instituição, comprovação da atividade social, controle interno e aprimoramento de gestão.

Além de ser um meio que auxilia na prestação de contas, segundo o Código Civil Brasileiro de 2002, no artigo 1179 fica evidenciado que todas as empresas são obrigadas a manter um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros e em documentação comprobatória. São obrigadas também a levantar Balanço Patrimonial e Resultado Econômico. Diante do exposto fica claro que as entidades de terceiro setor são obrigadas manter escrituração contábil, independente do porte ou volume de recursos movimentados.

As entidades sem fins lucrativos estão sujeitas às regras estabelecidas pela NBCT 10.19 (Normas Brasileiras de Contabilidade), que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades.

Ainda de acordo com a NBCT as entidades de terceiro setor devem observar os Princípios de Contabilidade, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas interpretações e comunicados técnicos editados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Conforme Olak e Nascimento (2010) se têm nos Princípios de Contabilidade a normatização macro sobre os procedimentos de contabilidade a serem adotados em qualquer entidade, inclusive nas de terceiro setor.

A partir da CFC (Conselho Federal de Contabilidade) 1.282/10 os Princípios de Contabilidade são:

- I – Entidade
- II – Continuidade
- III – Oportunidade
- IV – Registro pelo Valor Original
- V – Competência
- VI – Prudência

Segundo o Princípio da Entidade, o patrimônio da entidade nunca deve ser confundido com o patrimônio dos diretores, associados e demais membros. Ressalta-se que as entidades sem fins lucrativos preocupam-se cada vez mais com a continuidade de suas ações, e isso depende de como é gerido seu patrimônio e de como são alocados os recursos recebidos. Conforme o Princípio da Continuidade entende-se que a entidade continuará em operação no futuro e, portanto a mensuração e apresentação dos componentes do patrimônio levam isso em conta.

O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devam ser registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional. Quanto ao Princípio da Atualização Monetária é importante perceber que não significa uma nova avaliação, mas, tão somente, o ajustamento dos valores originais, mediante indexadores aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo.

Por sua vez o Princípio da Competência contempla que as receitas e despesas devem ser reconhecidas mensalmente, na apuração do resultado no período em que ocorreram. Tal princípio pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e despesas. Já o Princípio da Prudência determina que quando se apresentarem opções igualmente válidas deve-se optar por aquela que atribua menor valor para o ativo e maior para o passivo das entidades.

Conforme o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, para a elaboração das demonstrações contábeis das entidades sem fins lucrativos, deve-se observar a Lei nº 6.404-1976 e as respectivas alterações pela Lei nº 11.638-2007 e Lei 11.941-2009.

Segundo a NBCT 10.19.3 as demonstrações contábeis que devem ser elaboradas pelas entidades sem fins lucrativos são determinadas pela NBCT 3, na aplicação das normas contábeis, a conta Capital deve ser substituída por Patrimônio Social, e a contas Lucros ou Prejuízos Acumulados, por Superávit ou Déficit do Exercício.

3.1 PRINCIPAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Segundo a NBCT 3 todas as empresas são obrigadas as seguintes demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

É importante destacar, conforme Olak e Nascimento (2010) mesmo para empresas com finalidades lucrativas ou se elabora a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados ou a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Como nesta segunda, já está incluída a estrutura da primeira, a apresentação desta fica dispensada.

De acordo com o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, em seu manual Terceiro Setor: Guia de Orientação para o Profissional de Contabilidade (2011), o objetivo das demonstrações contábeis é proporcionar informações sobre a posição patrimonial e financeira que sejam úteis aos usuários na tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar resultados da atuação dos administradores, para tanto as demonstrações proporcionam informações da entidade sobre:

- Ativos;
- Passivos;
- Patrimônio Líquido;
- Receitas e despesas, (ganhos e perdas);
- Alterações no capital próprio mediante integralizações dos proprietários e distribuições a eles;
- Fluxos de caixa.

Para as entidades de terceiro setor há obrigatoriedade da apresentação: Balanço Patrimonial ao final do período, Demonstração do superávit ou déficit do

Exercício; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa (indireto) e Notas Explicativas.

3.1.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é uma demonstração que visa evidenciar quantitativa e qualitativamente a situação do patrimônio da entidade em um determinado período.

Para Olak e Nascimento (2010, p. 68):

O Balanço Patrimonial é uma demonstração indispensável a qualquer tipo de organização, que explore ou não atividade lucrativa. É uma “fotografia” (por isso, demonstrativo estático) da entidade em dado momento, evidenciando de forma sucinta, a situação econômica, financeira e patrimonial da mesma.

A estrutura patrimonial definida pela Lei das Sociedades por Ações deve ser seguida pelas entidades sem fins lucrativos, portanto algumas adaptações devem ser feitas em relação à nomenclatura de algumas contas. Como por exemplo, Patrimônio Social ao invés de Capital Social, superávit ou déficit no lugar de Lucros ou prejuízos acumulados. Tais alterações se justificam pelo fato de que o patrimônio destas entidades é da sociedade e de que nelas não ocorre a distribuição de lucros aos dirigentes, há apenas os gastos envolvidos na manutenção e continuidade dos serviços prestados.

De acordo com o Manual de Contabilidade Societária (2010, p. 2):

O balanço tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, representando, portanto, uma posição estática. Conforme o art.178 da Lei nº 6.404/76, “no balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia”.

Para Montoto, (2011), o Balanço Patrimonial é um importante relatório, pois apresenta o seu objeto, o Patrimônio. É um resumo dos saldos das contas patrimoniais que tem como principal missão a de sintetizar em contas representativas a posição das contas do exercício encerrado e as mudanças patrimoniais que ocorreram em relação ao exercício anterior.

3.1.2 Demonstração do Resultado do Exercício

Nas empresas com finalidade lucrativa, esta é a Demonstração do Resultado do Exercício, e tem por objetivo explicitar os componentes que formam o lucro ou prejuízo do período.

Conforme Montoto, a Demonstração do Resultado é elaborada a partir dos saldos de encerramento de todas as contas de resultado: receitas, deduções de receitas, custos, despesas, impostos e participações sobre lucros.

De acordo com o Manual de Contabilidade Societária (2010, p.477):

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é a apresentação, em forma resumida, das operações realizadas pela empresa, durante o exercício social, demonstradas de forma a destacar o resultado líquido do período, incluindo o que se denomina de receitas e despesas realizadas.

Nas entidades sem fins lucrativos este demonstrativo denomina-se de Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício e tem por objetivo evidenciar todas as atividades desenvolvidas pelos gestores em um determinado exercício. Segundo Olak, Nascimento (2010), para as entidades de terceiro setor, a ênfase desta demonstração não deve ser dada ao resultado em si (lucro ou prejuízo), mas para as atividades e projetos desenvolvidos, uma vez que essa é a maior preocupação deste tipo de entidade. Os autores completam (2010, p. 71):

Essa demonstração, independente da terminologia adotada, é de fundamental importância para essas entidades por evidenciar, efetivamente, as ações dos gestores em termos de volume de recursos obtidos e custos e despesas empregadas nas atividades dessas entidades.

Em suma, na Demonstração do Resultado será identificada a alocação dos recursos obtidos bem como o custo e as despesas incorridas com as atividades da entidade. Dessa forma, tal demonstração torna-se um instrumento avaliador do cumprimento ou não da missão da entidade, permitindo que os gestores também sejam avaliados diante de sua administração.

3.1.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Embora pela legislação societária, a elaboração desta demonstração seja obrigatória apenas para as companhias abertas, sua apresentação é de suma importância para as entidades de terceiro setor. Ela fornece a movimentação ocorrida em um determinado período nas diversas contas que compõem o patrimônio líquido, nesse caso, social.

As informações contidas nessa demonstração contemplarão as demais demonstrações e darão um amplo suporte para que os gestores expliquem como e por que as contas do patrimônio social sofreram alterações em determinados períodos. Como consta no Manual de Contabilidade Societária (2010, p.557):

A DMPL é de muita utilidade, pois fornece a movimentação ocorrida durante o exercício nas diversas contas componentes do Patrimônio Líquido; faz clara indicação do fluxo de uma conta para outra e indica a origem e o valor de cada acréscimo ou diminuição no Patrimônio Líquido durante o exercício.

Portanto, esta é uma demonstração que complementa as informações explicitadas no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício.

Segundo Montoto (2011, p.725), a DMPL tem por objetivo demonstrar as modificações (mutações) de todas as contas que compõem o Patrimônio Líquido de uma empresa durante um exercício.

3.1.4 Demonstração do Fluxo de Caixa

Em função das alterações na legislação societária (Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007) a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos que auxiliava no entendimento das origens e aplicações dos recursos, com o objetivo de explicar a variação ocorrida no capital circulante foi substituída pela Demonstração do Fluxo de Caixa. De acordo com o Manual de Contabilidade Societária (2010, p.567):

O objetivo primário da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, em dinheiro, de uma empresa, ocorridos durante um determinado período, e com isso ajudar os usuários das demonstrações contábeis na análise da capacidade

da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades para utilizar esses fluxos de caixa.

A movimentação das disponibilidades do caixa e equivalentes deve ser estruturada em três grupos: operacionais, investimento e financiamento. Há dois métodos para a apresentação do DFC: o método direto e o método indireto.

No método direto são explicitadas as entradas e saídas brutas de dinheiro dos principais componentes das atividades operacionais da empresa. O saldo final representa o volume líquido de caixa. Por outro lado, no método indireto há a conciliação entre o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações.

De acordo com Montoto (2011), a Demonstração dos Fluxos de Caixa objetiva a apresentação das modificações ocorridas no Caixa durante um exercício social. É um relatório que demonstra as origens das mudanças no saldo do Caixa. O usuário da informação precisa entender o motivo que fez com que o Caixa fosse alterado (atividade operacional, investimento ou financiamento).

Para as entidades sem fins lucrativos, a DFC é uma necessidade administrativa, serve de apoio ao processo de tomada de decisões e controle gerencial. Para tais entidades o método aplicado é o indireto uma vez que conforme Quintana, *apud*, Ludícibus, Martins e Gelbcke (2007), tal método faz a conciliação entre o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações, permitindo que o usuário avalie quanto do lucro está sendo transformado em caixa a cada período.

3.1.5 Notas Explicativas

As notas explicativas complementam o conjunto das demonstrações contábeis e objetivam evidenciar, de forma clara e precisa, os procedimentos adotados pela contabilidade ao elaborar as demonstrações contábeis, bem como esclarecer operações realizadas pela organização.

As informações contidas nas notas explicativas são de natureza patrimonial, econômica, financeira, legal, física e social. Todas as informações devem ser relevantes quantitativa e qualitativamente. De acordo com a NBCT 10.19, as notas explicativas devem conter as seguintes informações:

10.19.3.3 - As demonstrações contábeis devem ser complementadas por notas explicativas que contenham, pelo menos, as seguintes informações:

- a) o resumo das principais práticas contábeis;

- b) os critérios de apuração das receitas e das despesas, especialmente com gratuidades, doações, subvenções, contribuições e aplicações de recursos;

- c) as contribuições previdenciárias relacionadas com a atividade assistencial devem ser demonstradas como se a entidade não gozasse de isenção, conforme normas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

- d) as subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções;

- e) os fundos de aplicação restrita e responsabilidades decorrentes desses fundos;

- f) evidenciação dos recursos sujeitos a restrições ou vinculações por parte do doador;

- g) eventos subseqüentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade;

- h) as taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;

- i) informações sobre os tipos de seguro contratados;

- j) as entidades educacionais, além das notas explicativas, devem evidenciar a adequação das receitas com as despesas de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação;

- k) as entidades beneficiadas com isenção de tributos e contribuições devem evidenciar suas receitas com e sem gratuidade de forma segregada, e os benefícios fiscais gozados.

Segundo o Manual de Contabilidade Societária (2010, p.593):

... as notas explicativas são informações complementares às demonstrações contábeis, representando parte integrante das mesmas. Podem estar expressas tanto na forma descritiva como na forma de quadros

analíticos, ou mesmo englobar outras demonstrações contábeis que forem necessárias ao melhor e mais completo esclarecimento dos resultados e situação financeira da empresa, tais como: demonstração das origens e aplicações de recursos, balanço social e demonstrações contábeis em moeda constante.

Nas entidades sem fins lucrativos as notas explicativas tornam-se importantes para os gestores prestarem contas do patrimônio e recursos que para eles foi confiado pela sociedade.

O capítulo apresentou a importância da contabilidade para o terceiro setor. Destacando os princípios contábeis e as demonstrações contábeis necessárias para as entidades sem fins lucrativos. No próximo capítulo será apresentada a Mitra Diocesana de Caxias do Sul, objeto do estudo de caso. Serão abordados os principais aspectos e características desta entidade de terceiro setor, classificada como Organização Religiosa Católica.

4 MITRA DIOCESE DE CAXIAS DO SUL

4.1 CARACTERÍSTICAS DA ENTIDADE EM ESTUDO

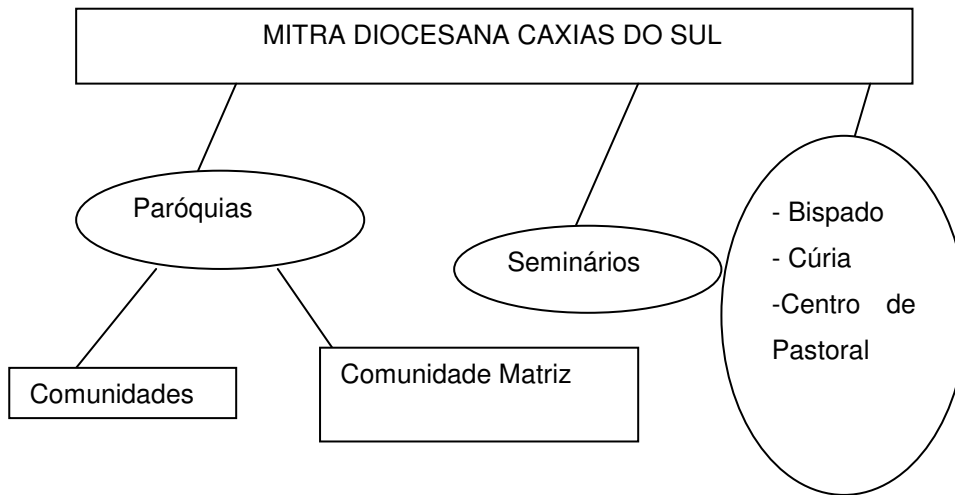
Conforme seu Estatuto, a Mitra Diocesana de Caxias do Sul foi instituída pela Bula *“Quae Spirituali Christifidelium”* do Papa Pio XI de dez de novembro de mil novecentos e trinta e quatro, como subdivisão da Santa Igreja Católica Apostólica Romana, orientada pelo Código de Direito Canônico e pelas leis civis aplicáveis, tendo sede administrativa localizada na Rua Os Dezoito do Forte, 1771 – Caxias do Sul.

A Mitra Diocesana de Caxias do Sul, como instituição eclesiástica e como entidade civil, integra e representa, mantendo sob personalidade jurídica, as Paróquias, os Templos Católicos, Casa Paroquiais, Cúria Diocesana, Bispado, Centros de Pastoral, Centros de Evangelização, Estabelecimentos de Ensino, Casas de Formação, Casas de Retiro, Casas de Artigos Religiosos, Salões Paroquiais e Comunitários, Hospitais, Emissoras de Rádio e demais obras sociais mantidas pela Diocese, sendo detentora da titularidade de todos os bens e direitos de uso e serventia que lhe são próprios.

A Diocese de Caxias do Sul é composta pelas seguintes cidades: Antônio Prado, Bento Gonçalves, Boa Vista do Sul, Cambará do Sul, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Coronel Pilar, Cotiporã, Fagundes Varela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Guabiju, Jaquirana, Monte Belo do Sul, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Pádua, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Paraí, Pinto Bandeira, Protásio Alves, Santa Teresa, São Francisco de Paula, São Jorge, São Marcos, Veranópolis, Vila Flores e Vista Alegre do Prata. Além destes, compreende ainda parte dos municípios de São Valentim do Sul e Imigrante. Atualmente conta com 73 (setenta e três) paróquias distribuídas entre 983 (novecentos e oitenta e três) comunidades-igreja e 01 (um) Santuário Diocesano.

Na figura 1, observa-se a Estrutura Organizacional da Mitra Diocesana de Caxias do Sul.

Figura 1: Estrutura Organizacional da Mitra Diocesana de Caxias do Sul



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da Mitra Diocesana.

A entidade com sua finalidade religiosa e baseada na Doutrina Social Cristã, ou seja, pelos princípios, critérios e diretrizes em relação a organização social e política. Desenvolve atividades sem fins lucrativos, na área de assistência social, visando a promoção das pessoas, grupos e comunidades.

O patrimônio da empresa é constituído de bens, créditos e direitos que se destinam à realização de seus objetivos. As subvenções e doações recebidas são aplicadas nas finalidades a que estejam vinculadas. A empresa não distribui lucros ou dividendos aos seus participantes, nem remunera seus dirigentes, conselheiros e diretores; os recursos da Mitra são aplicados integralmente no país, para manutenção e desenvolvimento de seus objetivos; as receitas e despesas da Mitra são escrituradas em livros revestidos das formalidades legais que lhes comprovam a exatidão.

A estrutura da empresa funciona como administração central que encarrega-se de trabalhos burocráticos, prestando serviços a todas as paróquias e comunidades da Diocese de Caxias do Sul. A mesma não possui um posicionamento e um pensamento como uma empresa convencional, mas têm compromissos que devem ser cumpridos igualmente como outras empresas, onde são cumpridos prazos e datas para entregas. Para tanto, cada departamento realiza o cumprimento de suas obrigações.

A Mitra Diocesana diferencia-se das empresas convencionais por não ter como objetivo principal o lucro. Ela atua nas diversas cidades de forma a buscar a evangelização e o desenvolvimento do ser humano em prol de uma sociedade mais justa e digna. Seus serviços não se limitam a produção, compra e venda de produtos, mas sim se direcionam à promoção e bem estar da sociedade.

A administração se dá através da delegação de responsabilidades para cada paróquia que compõe a Diocese de Caxias do Sul, visto que é um dever administrar com eficiência os bens que são da igreja prestando contas dessa administração.

Esta delegação acontece no momento que são nomeados o pároco e o vigário paroquial, que são auxiliados por uma equipe administrativa composta por leigos que auxiliam no melhor desenvolvimento dessa filial.

A administração financeira e controle orçamentários da empresa são realizados pelo ecônomo diocesano juntamente com o Conselho de Assuntos Econômicos. Juntos tomam as decisões para fazer as melhores aplicações financeiras dos recursos. Todas as filiais prestam informação à matriz, ou seja, a Mitra Diocesana através da contabilidade.

Desta forma as operações financeiras são de investimento em aplicações financeiras e bens patrimoniais. São supervisionadas e administradas pelo ecônomo diocesano.

A instituição apesar de ser uma entidade religiosa imune que prega pela moral, bons costumes, integridade e transparência, tem a obrigação de apresentar tudo o que a lei exige como: Declarações para Receita Federal e Registro de Livros Diário, só assim poderá preservar a imunidade tributária.

4.2 MERCADO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Mitra Diocesana de Caxias do Sul não produz ou comercializa produtos. A finalidade da empresa não é a fabricação de um produto e nem a prestação de serviço direta ou para outras empresas. A matéria-prima da empresa é o ser humano e o produto é o ser humano transformado em uma pessoa mais consciente, justa e solidária.

A empresa se mantém tanto com doações em valores monetários através de pagamentos de mensalidades dos membros das comunidades-igreja, contribuição de dízimos (segundo CNBB, 1% da renda familiar por mês) e capelinhas (destinado

a formação de novos padres), festas e promoções, como também doações em partes de terras.

Os serviços prestados pela Mitra Diocesana administração central são: Setor de Arquivo onde são emitidas certidões de batismo para processos de casamento e cidadania; Departamento de Pessoal onde são realizadas as rotinas trabalhistas, como folha de pagamento, admissão e demissão; Tecnologia da Informação onde é prestada assistência e manutenção dos equipamentos de informática bem como a alimentação e manutenção da web site da diocese; Departamento Financeiro o qual administra as contas a pagar e a receber; Departamento Contábil onde são feitos os lançamentos contábeis para atender as exigências da legislação, a impressão dos diários gerais bem como, as Declarações para a Receita Federal do Brasil.

Os clientes da administração central são os padres e paróquias que pelo trabalho prestado contribuem com mensalidades, taxas, reembolso de despesas, valores esses provenientes das doações feitas pelos fiéis.

Neste capítulo apresentou-se a Mitra Diocesana de Caxias do Sul. Foram destacadas as principais características da instituição, sua estrutura, suas especificidades, seu trabalho e o seu mercado de atuação.

Em função da fundamentação teórica abordada nos capítulos dois, três e quatro, no próximo capítulo será apresentado um estudo de caso da Mitra Diocesana de Caxias do Sul, analisando-se o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Superávit ou Déficit da empresa em três exercícios. Desta forma, se poderá perceber o quão importante é o papel da contabilidade para a gestão eficaz e satisfatória da entidade.

5 ESTUDO DE CASO

5.1 ANÁLISES E DISCUSSÕES

Conforme a revista *Paróquias e Casas Paroquiais*, atualmente no Brasil existem aproximadamente 250 mil organizações dentro do terceiro setor. Mais de 1,5 milhões de pessoas e quase dez por cento da população trabalha como voluntária nessas instituições. De acordo com Venciguera (2011, p. 38)

Em se tratando do terceiro setor, aumenta a necessidade de criação e controle rigorosos dos fundos patrimoniais e financeiros para verdadeira transparência na administração e prestação de contas aos associados, a terceiros e usuários em geral.

Com isso percebe-se o quão importante é o papel da contabilidade nas entidades sem fins lucrativos que dependem das doações e colaborações das pessoas para poder desenvolverem suas atividades.

Dentre as diversas entidades que compõem o terceiro setor têm-se as organizações religiosas, que de acordo com a Lei Federal nº 10.825/03, passaram a serem consideradas pessoas jurídicas de direito privado.

Escrever sobre essas organizações em especial da Igreja Católica nos faz refletir uma vez que ela tem aproximadamente dois mil anos, está sob autoridade suprema do Papa, bispo de Roma e sucessor de apóstolo Pedro e tem como principal objetivo pregar o Evangelho de Jesus Cristo e seus ensinamentos.

Para compreender o sentido e a missão da igreja é importante ter a dimensão da história das comunidades cristãs. Segundo o Regimento das Comunidades-Igreja da Diocese de Caxias do Sul, as primeiras comunidades nasceram do anúncio dos apóstolos iluminados pelo Espírito Santo e seguiram o caminho de Jesus, organizando as pessoas em comunidades, constituindo os ministérios e serviços, valorizando o modo de viver e a culturas das diferentes regiões.

É importante salientar que a Igreja não forma uma comunidade ou paróquia de puro espírito, ela é formada por homens para os homens. A Igreja atua em busca do conforto espiritual e do bem estar dos seres humanos e ao mesmo tempo, segundo artigo da Revista Anagrama ano 2, edição 3, ano 2009, possui uma

estrutura administrativa hierárquica organizada, uma forte influência política, social, histórica, cultural e econômica.

Embora a razão de ser da Igreja seja a de auxiliar o povo de Deus na missão de evangelizar, organizando as comunidades na comunhão, na participação e na solidariedade, por haver uma estrutura muito complexa ela necessita ser administrada como outras empresas. A estrutura hierárquica da Igreja vai do supremo Papa até o diácono (auxiliar direto do padre). E da Santa Sé (Vaticano) às comunidades. Sua organização é regida pelo Código de Direito Canônico.

Conforme José Carlos Pereira (2008) o termo empresarial é o que mais aproxima a paróquia daquilo que de fato ela também é: uma empresa que, com qualquer outra, embora sem fins lucrativos, deve prestar contas ao governo da administração de seus bens materiais e dos encargos sociais daqueles que estão a ela vinculados (empregados), e que, como empresa que é, tem direitos e deveres a cumprir com as instâncias governamentais do país, sob a regência de lei.

Elenita Delaméa em 1987, há 24 anos, já tratava da importância da administração paroquial ao destacar que cada paróquia deve dispor de recursos suficientes para a realização de seus fins e missão. A administração paroquial deve ser desenvolvida de forma que assegure os meios necessários para o funcionamento das paróquias.

Nesse aspecto da administração paroquial o pároco tem uma grande responsabilidade. De acordo com o Regimento das Comunidades-Igreja da Diocese de Caxias do Sul, além de todas as atribuições inerentes ao cargo de animação pastoral e espiritual, cabe a ele responsabilizar-se pela integridade do patrimônio, pela preservação de obras de valor histórico e artístico, bem como o de orientar e providenciar junto à equipe de apoio administrativo da paróquia o registro de todos os bens, no livro oficial da Diocese.

A questão patrimonial é outro aspecto significativo ao se tratar das comunidades, uma vez que tudo ou quase tudo o que o constitui tem origem na bondade e generosidade das pessoas engajadas e comprometidas que desenvolvem um trabalho voluntário por causa da opção religiosa e pelo sentimento de pertença comunitária.

Este fato comprova que é possível agregar pessoas em função do bem comum, apesar de se viver em um sistema capitalista. E, estas pessoas que se

doam em busca do bem de todos merecem receber informações sobre o resultado do trabalho desenvolvido.

Segundo o Manual de Procedimentos Administrativos da CNBB, o patrimônio das comunidades é um legado constituído, pelos imóveis, edificações, bens tombados, mobiliários, bibliotecas, museus, acervos de arte sacra, documentos em arquivos ou avulsos, utensílios sacros e de valor histórico, mas principalmente é constituído pelo patrimônio imaterial, esse por sua vez é o que constitui a essência da verdadeira identidade das comunidades (Porções do Povo de Deus).

Perante tais aspectos fica explícita a importância da contabilidade nestas instituições uma vez que compreendem um setor da sociedade que existe a milhares de anos, a qual vem crescendo e tornando-se importante para o desenvolvimento das ações sociais, evangelizadoras e conseqüentemente da sociedade como um todo.

Neste ponto também fica evidenciada a importância da contabilidade na gestão destas instituições, uma vez que além de ser uma ferramenta a atender a legislação ela vem a colaborar na organização e gerenciamento das paróquias através de uma gestão transparente, mostrando à sociedade e aos colaboradores, de onde vieram os recursos, onde foram aplicados e que benefícios geraram

Escrever sobre contabilidade para uma instituição que busca o evangelizar não é tarefa muito fácil, vários são os obstáculos a serem vencidos. Entre eles está a falta de informação sobre a necessidade da contabilidade por parte dos párocos, quanto dos leigos que atuam no desenvolvimento das atividades religiosas.

Por trás das informações contábeis de uma paróquia, têm-se muito mais do que números, há o resultado do comprometimento e dedicação das equipes paroquiais. E esse fato é de suma importância para que se promova o conhecimento, a organização metodológica e os enquadramentos legais, canônicos e civis, aliados à diversidade dos carismas, estilo e criatividade de cada comunidade.

Portanto, administrar os bens de uma comunidade é um trabalho que exige dedicação, doação e comprometimento. É preciso além de organizar os serviços, as pastorais, os ministérios, os movimentos e as associações, zelar pela boa gestão a fim de garantir resultados que fortaleçam a vida em comunidade.

5.2 ANTECEDENTES NA LITERATURA

Para Hudson (2002), o terceiro setor é composto por organizações com objetivos sociais, ao invés de econômicos. Nele encontram-se instituições de caridade, organizações religiosas, entidades voltadas para as artes, organizações comunitárias, sindicatos e outras organizações voluntárias. Ainda de acordo com o autor, são organizações que não distribuem lucros aos proprietários e não estão sujeitas a controle público direto, elas têm independência para determinar o futuro.

Portanto, a organização religiosa é livre para definir sua organização, estrutura e funcionamento. Porém conforme Oliveira, Romão (2006) isso não a exime de seguir uma estrutura jurídica na elaboração de seus estatutos. Com o novo Código Civil, a elaboração de um estatuto para uma organização religiosa deverá ser desenvolvida com referência às associações civis, uma vez que na lei civil não há uma definição específica para tal organização.

Na atuação como representante do povo de Deus a Diocese se organiza como:

1º - Pessoa Jurídica Canônica para responder questões relacionadas ao mundo pastoral, espiritual, pastoral e disciplinar, fundamentada nas regras de Direito Canônico, através da denominação Cúria.

Conforme o Código de Direito Canônico (art.469), (1983, p.223)

A cúria diocesana consta dos organismos e das pessoas que ajudam o Bispo no governo de toda a diocese, principalmente na direção da ação pastoral, no cuidado da administração da diocese e no exercício do poder judiciário.

Portanto, a Cúria é um elemento fundamental de comunhão e participação na vida da Igreja.

2º - Pessoa Jurídica de Direito Eclesiástico respeitada pela sociedade civil, cumpridora dos deveres constitucionais e contemplada com a razão social de Mitra Diocesana (complemento da Cidade), inscrita no Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ) e reconhecida nos termos do Código Civil Brasileiro. Tem como representante legal o Bispo Diocesano.

Por sua vez, o Conselho para Assuntos Econômicos Paroquiais atende uma exigência do Código de Direito Canônico. Conforme cân.1280, o *Conselho*

Econômico é obrigatório, como o é em todas as pessoas jurídicas canônicas. Portanto, a paróquia por ser inscrita no CNPJ (Cadastro de Pessoa Jurídica) necessariamente precisa do CAEP. Tal conselho é fundamental para o gerenciamento paroquial, pois favorece a administração da área financeira e patrimonial da entidade.

Cada paróquia deve dispor de recursos econômico-financeiros para o desenvolvimento de suas finalidades, portanto a gestão de uma paróquia vai muito além da questão pastoral.

Ainda de acordo com a NBCT as entidades de terceiro setor devem observar os Princípios de Contabilidade, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas interpretações e comunicados técnicos editados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

5.3 ESTUDO DE CASO MITRA DIOCESANA

Tendo em vista os aspectos mencionados anteriormente, fica evidente a importância da informação contábil para o gerenciamento das entidades de terceiro setor, em especial de uma Organização Religiosa como a Mitra Diocesana de Caxias do Sul.

Diante das informações recebidas, o Ecônomo Diocesano tem a possibilidade de fazer análises e projeções, a fim de maximizar os resultados, garantindo a confiabilidade e a credibilidade que lhe foram depositadas, permitindo a captação de novos recursos.

Nesse contexto, as demonstrações contábeis têm importante papel na tomada de decisões, servindo de guia e permitindo a avaliação dos efeitos de determinadas decisões, apontando os pontos críticos a fim de priorizar estratégias que priorizem os resultados.

Para obter tais referências faz-se o uso da Análise Vertical, Análise Horizontal e Análise Horizontal Deflacionada no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Superávit e Déficit do Exercício.

5.3.1 Análise Vertical

A análise vertical tem por finalidade a avaliação da proporção de cada componente das demonstrações contábeis em relação ao todo de que faz parte, para a identificação das mudanças ocorridas de período para período e para sugestão de alternativas para melhores resultados.

Para Neto, (2002, p.108):

A análise vertical é também um processo comparativo, expresso em porcentagem, que se aplica ao se relacionar uma conta ou grupo de contas com um valor afim ou relacionável, identificado no mesmo demonstrativo. Dispondo-se dos valores absolutos em forma vertical, pode-se apurar facilmente a participação relativa de cada item contábil no ativo, no passivo ou na demonstração de resultados, e sua evolução no tempo.

5.3.2 Análise Horizontal

O processo de análise horizontal tem por finalidade avaliar o aumento ou redução de valores monetários dos componentes das demonstrações contábeis. Com tal análise são obtidas informações complementares às obtidas pela análise vertical.

De acordo com Neto, (2002, p.100):

A análise horizontal é a comparação que se faz entre os valores de uma mesma conta ou grupo de contas, em diferentes exercícios sociais. É basicamente um processo de análise temporal, desenvolvido por meio de números-índices.

Para análise horizontal empregam-se números-índices, sem utilização de decimais. O período mais antigo normalmente é o utilizado como base (igual a cem), e os valores dos períodos seguintes são expressos em relação ao índice base, calculados por regra de três simples.

Em ambas as análises são importantes que as variações expressivas sejam levadas a sério, é preciso que as causas sejam investigadas a fim de garantir a boa administração e o bom gerenciamento dos recursos obtidos.

Também é importante que a questão da inflação seja levada em consideração ao se analisar alguns índices. Como medida de ajuste procura-se eliminar o efeito da

inflação utilizando-se os deflatores. Ou seja, um multiplicador usado para transformar valores ou índices históricos em reais. Normalmente são deflacionados os índices da análise horizontal. Geralmente os deflatores são construídos a partir de índices de preços que refletem o efeito da inflação sobre as demonstrações contábeis, assim, os deflatores variam de acordo com a atividade.

A fórmula a ser usada na análise horizontal deflacionada é $1 / 1 + i$, sendo o i igual à taxa oficial da inflação do ano a ser deflacionado.

Para ilustrar este trabalho e também fazendo relação com o referencial teórico inseridos nos capítulos 1, 2, 3, 4, apresenta-se o Balanço Patrimonial com uma série histórica (2008, 2009, 2010), ou seja, três exercícios sociais para visualizar os percentuais calculados e suas respectivas análises.

5.3.3 Análise do Balanço Patrimonial

Os quadros 1 e 2 apresentam o balanço patrimonial, da entidade Mitra Diocesana de Caxias do Sul, com uma série histórica de 2008, 2009 e 2010 com as respectivas análises vertical, horizontal e horizontal deflacionada calculadas.

Quadro 1: Análise do Ativo

ATIVO	2008	H%	V%	2009	H%	V%	HD%	2010	H%	V%	HD%
ATIVO CIRCULANTE	28.047.246,00	100	46,23	30.358.593,39	108,24	45,60	103,77	35.705.509,83	127,30	47,34	115,24
- CAIXA	3.524.304,03	100	5,81	3.895.546,65	110,53	5,85	105,97	4.124.607,22	117,03	5,47	105,94
- BANCOS	1.596.436,02	100	2,63	1.928.103,57	120,78	2,90	115,79	2.327.629,38	145,80	3,09	131,98
- VALORES MOBILIAR.	19.796.100,41	100	32,63	21.757.738,57	109,91	32,68	105,37	26.379.125,25	133,25	34,98	120,62
- OUTROS DIREITOS	3.130.405,54	100	5,16	2.777.204,60	88,72	4,17	85,05	2.874.147,98	91,81	3,81	83,11
ATIVO NÃO CIRCULANTE	32.624.154,77	100	53,77	36.220.197,74	111,02	54,40	106,44	39.716.262,30	121,74	52,66	110,20
- REALIZÁVEL A L.PRAZO	96.612,47	100	0,16	96.612,47	100,00	0,15	95,87	96.612,47	100,00	0,13	90,52
- INVESTIMENTOS	24.368,81	100	0,04	54.132,41	222,14	0,08	212,96	59.090,75	242,49	0,08	219,50
- IMOBILIZADO	32.503.173,49	100	53,57	36.069.452,86	110,97	54,18	106,39	39.560.559,08	121,71	52,45	110,17
- Terrenos	6.505.184,68	100	10,72	6.593.684,68	101,36	9,90	97,17	6.899.984,68	106,07	9,15	96,01
- Ed. e Construções	7.564.442,67	100	12,47	8.506.483,93	112,45	12,78	107,81	9.400.469,80	124,27	12,46	112,49
- Constr.Andamento	5.441.333,72	100	8,97	6.226.419,32	114,43	9,35	109,70	6.497.933,00	119,42	8,12	108,10
- Equipamentos	645.176,87	100	1,06	703.365,75	109,02	1,06	104,52	837.350,43	129,79	1,11	117,48
- Veículos	2.535.597,91	100	4,18	2.979.148,21	117,49	4,47	112,64	3.514.156,71	138,59	4,66	125,45
- Móveis e Utensílios	7.496.197,75	100	12,36	8.496.202,99	113,34	12,76	108,66	9.541.521,22	127,28	12,65	115,22
- Outros Bens	2.315.239,89	100	3,82	2.564.147,98	110,75	3,85	106,18	2.869.143,24	123,92	3,80	112,18
TOTAL DO ATIVO	60.671.400,77	100	100,00	66.578.791,13	109,74	100,00	105,20	75.421.772,13	124,31	100,00	112,53

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da Mitra Diocesana de Caxias do Sul.

Quadro 2: Análise do Passivo

PASSIVO	2008	H%	V%	2009	H%	V%	HD%	2010	H%	v	HD%
PASSIVO CIRCULANTE	4.052.915,16	100	6,68	4.774.366,56	117,80	7,17	112,94	4.905.195,50	121,03	6,50	109,56
- FORNECEDORES	205.357,67	100	0,34	323.249,58	157,41	0,49	150,91	222.658,72	108,42	0,30	98,15
- OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.847.557,49	100	6,34	4.451.116,98	115,69	6,69	110,91	4.682.537,78	121,70	6,21	110,16
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	92.974,42	100	0,15	92.974,42	100,00	0,14	95,87	92.974,42	100,00	0,12	90,52
PATRIMONIO LIQUIDO	56.525.511,19	100	93,17	61.711.450,15	109,17	92,69	104,67	70.423.601,21	124,59	93,37	112,78
- RESERVAS DE LUCRO	7.438.833,88	100	12,26	4.787.781,76	64,36	7,19	61,70	8.579.219,12	115,33	11,37	104,40
- OUTROS VALORES DO PL	49.086.677,31	100	80,91	56.923.668,39	115,97	85,50	111,18	61.844.382,09	125,99	82,00	114,05
TOTAL DO PASSIVO	60.671.400,77	100	100,00	66.578.791,13	109,74	100,00	105,20	75.421.772,13	124,31	100,00	112,53

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da Mitra Diocesana de Caxias do Sul.

Através da participação em percentuais da análise vertical do quadro 1, percebe-se que o Ativo Circulante, ou seja, os bens e direitos de Curto Prazo nos três exercícios analisados (2008, 2009 e 2010) apresentam uma participação superior a 45% do total do Ativo. Os valores mobiliários, portanto, as Aplicações de Curto Prazo são os que apresentam a maior participação em percentual, em qualquer dos exercícios sociais na formação do Ativo Circulante.

Também através da análise vertical pode-se notar que há uma predominância do Ativo não Circulante sobre o Ativo Total, em toda a série histórica, ou seja, acima de 50% do total do Ativo. A maior concentração de valores se dá no Imobilizado, portanto, os terrenos, edifícios, construções, equipamentos e veículos representam a maior parte dos investimentos da entidade.

Em relação ao Passivo percebe-se que as dívidas de curto prazo representam uma participação percentual menor que 10% em relação ao Total do Passivo. Nota-se ainda que a participação do Patrimônio Líquido, os capitais próprios, é elevada, ou seja, mais de 90% em toda a série histórica examinada (2008, 2009 e 2010).

Através da análise horizontal percebe-se que no decorrer dos exercícios sociais em evidência, houve crescimento no Ativo Circulante, em 2009 de 8,24% e em 2010 de 27,30% em relação ao ano de 2008. Tal crescimento também ocorreu no Ativo Não Circulante, em 2009 11,02% enquanto em 2010 21,74% em relação ao ano base.

De acordo com o quadro 2, o Passivo Circulante apresentou variação nominal de 17,80% no ano de 2009 e 21,03% em 2010, nesse contexto as contas de obrigações com pessoal, sociais e fiscais evoluíram 15,69% em 2009 e 21,70 em

2010. Também no PL houve em crescimento de 9,17% no ano de 2009 e 24,59% em 2010.

5.3.4 Análise do Superávit ou Déficit

O quadro 3 apresenta a Demonstração de Superávit ou Déficit da entidade Mitra Diocesana de Caxias do Sul, com uma série histórica de 2008, 2009 e 2010 com as respectivas análises vertical, horizontal e horizontal deflacionada.

Quadro 3: Análise da Demonstração do Superávit ou Déficit

RECEITAS	2008	H%	V%	2009	H%	V%	HD%	2010	H%	V%	HD%
- TAXAS E CONTIBUIÇÕES	9.561.343,28	100	27,14	10.543.656,62	110,27	30,00	105,72	11.223.673,38	117,39	28,11	106,26
- CAMPANHAS E PROMOÇÕES	15.636.543,75	100	44,39	15.617.054,56	99,88	44,43	95,75	19.172.822,86	122,62	48,02	110,99
- SUBVENÇÃO/AUXÍLIO	3.003.596,42	100	8,53	2.796.011,40	93,09	7,95	89,24	2.203.399,11	73,36	5,52	66,40
- LOCAÇÕES	2.776.931,10	100	7,88	2.954.333,28	106,39	8,40	101,99	3.278.484,64	118,06	8,21	106,87
- FINANCEIRAS	1.861.308,23	100	5,28	1.687.354,65	90,65	4,80	86,91	2.001.281,97	107,52	5,01	97,33
- OUTRAS RECEITAS	2.389.479,67	100	6,78	1.551.811,92	64,94	4,41	62,26	2.049.103,07	85,76	5,13	77,63
TOTAL DAS RECEITAS	35.229.202,45	100	100,00	35.150.222,43	99,78	100,00	95,66	39.928.765,03	113,34	100,00	102,60
DESPESAS											
- C/PASTORAIS	4.444.981,34	100	12,62	4.876.518,84	109,71	13,87	105,18	5.172.330,57	116,36	12,95	105,33
- C/PESSOAL	1.219.916,75	100	3,46	1.391.366,63	114,05	3,96	109,34	1.487.481,58	121,93	3,73	110,37
- C/ASSISTÊNCIA	1.645.411,57	100	4,67	2.426.285,88	147,46	6,90	141,37	2.015.533,37	122,49	5,05	110,88
- SOCIAIS/FISCAIS	765.576,60	100	2,17	814.074,32	106,33	2,32	101,94	950.914,46	124,21	2,38	112,43
- FORMAÇÃO	387.463,95	100	1,10	372.315,08	96,09	1,06	92,12	328.917,30	84,89	0,82	76,84
- CAMPANHAS/PROM.	5.695.932,06	100	16,17	5.589.593,98	98,13	15,90	94,08	6.192.791,43	108,72	15,51	98,42
-GERAIS	3.186.249,47	100	9,04	3.536.524,29	110,99	10,06	106,41	3.596.156,24	112,86	9,01	102,17
- PATRIMONIAIS	7.367.899,50	100	20,91	7709.835,59	104,64	21,93	100,32	8.388.890,37	113,86	21,01	103,06
- FINANCEIRAS	95.614,51	100	0,27	152.762,56	159,77	0,43	153,17	87.517,70	91,53	0,22	82,85
- OUTRAS DESPESAS	2.981.322,82	100	8,46	3.493.163,50	117,17	9,94	112,33	3.129.012,89	104,95	7,84	95,00
TOTAL DAS DEPESAS	27.790.368,57	100	78,88	30.362.440,67	109,26	86,38	104,74	31.349.545,91	112,81	78,51	102,11
Superávit	7.438.833,88	100	21,12	4.787.781,76	64,36	13,62	61,70	8.579.219,12	115,33	21,49	104,40

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da Mitra Diocesana de Caxias do Sul

Ao observar o quadro 3, Demonstração de Superávit ou Déficit da entidade, percebe-se que no contexto geral da análise vertical, são apresentados em todos os exercícios, resultados satisfatórios, 21,12% (2008), 13,62% (2009) e 21,49% (2010). Através desses índices fica evidenciado que um bom resultado para entidade fica em torno de 20%, pois em dois dos exercícios analisados (2008 e 2010) esse foi o percentual registrado. Porém, em 2009 mesmo mantendo bons índices nas

campanhas e promoções que são as receitas mais expressivas da entidade, houve uma queda de 7,5 p.p (pontos percentuais) no resultado da entidade, fato esse devido ao aumento de 7,5 p.p nas despesas. Em 2009, praticamente todas as despesas aumentaram sua participação em relação a 2008. Em 2010, nota-se que o resultado voltou a 21% e isso demonstra o quão importante é a informação contábil, com os dados de 2009, procurou-se trabalhar mais na questão das receitas e controlar as despesas que mantiveram praticamente os índices de 2008, finalizando o ano com o resultado próximo tanto em 2008 quanto em 2010.

Através da análise vertical da Demonstração de Superávit ou Déficit da entidade, quadro 3, percebe-se que a despesa com pastorais, principal finalidade da entidade, deve manter-se com índice de participação em torno de 12%. Dessa forma, a entidade poderá manter o equilíbrio e garantir sua continuidade. Fica evidente no quadro 3 apresentado que em 2009, quando o índice de tal despesa ficou em 13,87% o resultado da entidade ficou comprometido, pois em 2008 a participação foi de 12,62% e 2010 12,95%.

Na análise vertical, nota-se que outro grupo de despesa com participação expressiva é o das despesas patrimoniais, ou seja, com manutenção de veículos, móveis, equipamentos, cemitérios e objetos diversos, em todos os exercícios apresentam-se com índice em torno de 20,91% (2008), 21,93% (2009) e 21,01% (2010). Com essa análise percebe-se o quanto é importante a visão do gestor perante tais índices, em 2008 e 2010 quando os valores apresentados ficaram em torno de 21% o superávit da entidade foi maior do que o de 2009, que apresentou quase 22% na participação desta despesa. Diante desse fato evidencia-se, mais uma vez, que a informação contábil serve de apoio ao administrador a fim de oferecer parâmetros para que seja feito um controle rigoroso no acompanhamento da participação das despesas da entidade.

Igualmente, salientam-se as despesas com campanhas e promoções que também se apresentam com índice de participação significativo, ou seja, 16,17% (2008), 15,90% (2009) e 15,51% (2010).

Através da análise horizontal, apresentada no quadro 3, percebe-se que em 2009 houve uma queda de 0,22 p.p no total das receitas, enquanto em 2010 houve evolução em 13,34 p.p em relação ao ano base, 2008. Também em 2009 as despesas evoluíram em 9,71 p.p e em 2010, 16,36 p.p com relação ao ano de 2008. Com isso, fica evidente que em 2009 a maioria das despesas evoluiu. Já o total das

receitas apresentou uma queda de 0,22 p.p., como conseqüência houve uma queda nominal de 35,64% no superávit da entidade.

Ilustrando a fundamentação teórica e os cálculos da análise horizontal deflacionada, foram descontadas as taxas da inflação embutidas nos valores dos respectivos anos (2009 e 2010) para perceber a realidade perante a inflação. Para tanto, igualou-se os valores de 2009 e 2010 com o nível de moeda de 2008.

Diante do exposto fica claro que se houver uma gestão que controle as despesas e promova as receitas, o resultado pode ser maximizado. Percebe-se isso analisando o exercício de 2010 que apresenta um crescimento de 13,34% no total das receitas, enquanto as despesas evoluíram 12,81% em relação a 2008, gerando um resultado próximo ao obtido em 2008 em 21,49%.

Nesse contexto a contabilidade assume um importante papel no controle e planejamento das empresas, e de um modo especial, na Organização Religiosa, uma vez que o maior percentual das receitas está na arrecadação oriunda de campanhas e promoções, ou seja, de doações. Dessa forma, o gestor deve ter acesso a informações que lhe permitam elaborar um planejamento financeiro, maximizando as receitas e minimizando as despesas da instituição.

O gestor de uma Organização Religiosa deve estar amparado com dados transparentes e confiáveis a fim de conquistar a confiabilidade e credibilidade para captar recursos e assim atingir a finalidade suprema da instituição: evangelizar em busca da valorização e crescimento do ser humano.

Enfim, com as evidências apresentadas ao longo deste trabalho de conclusão de curso, juntamente com a fundamentação teórica, a conclusão apresentará as repostas encontradas para responder a questão de pesquisa, bem como os objetivos alcançados neste trabalho.

6 CONCLUSÃO

Esta monografia enfocou o Terceiro Setor: a Importância da Informação Contábil na gestão de uma Entidade Religiosa Católica. Neste trabalho se destacou os setores que compõe a estrutura da economia brasileira: o primeiro, segundo e terceiro setor. De um modo especial foram destacadas as características e particularidades do terceiro setor e de instituições que dela fazem parte, como por exemplo, a Organização Religiosa. Abordou-se a questão da importância da contabilidade para o terceiro setor, bem como a obrigatoriedade de tal ferramenta para as instituições. Foram evidenciados os princípios de contabilidade e as principais demonstrações contábeis. Também se destacou a diferença entre a Imunidade e Isenção Tributária. Por fim, analisou-se o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Superávit ou Déficit da Mitra Diocesana de Caxias do Sul, uma Organização Religiosa Católica da Diocese de Caxias do Sul.

Nesta pesquisa pode-se observar que o terceiro setor é composto por instituições que têm objetivos sociais, ao invés de econômicos, o lucro, embora necessário para a manutenção e continuidade, não é a razão de existir de tais entidades. As atividades desenvolvidas visam o crescimento e aprimoramento do ser humano. Entre as mais variadas atividades desenvolvidas por tal setor, encontra-se a Organização Religiosa, ou seja, uma entidade sem fins lucrativos que desenvolve suas atividades baseadas em crenças, valores e tradições. Sua hierarquia se dá através da Santa Sé, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dioceses e Paróquias. Neste trabalho abordou-se especificamente uma organização ligada à Igreja Católica.

Com este trabalho pode-se perceber que embora imune, uma Organização Religiosa tem a obrigatoriedade de manter uma contabilidade clara, precisa e transparente, portanto, a hipótese H1 citada na página 12 deste trabalho não se confirmou. A contabilidade de uma Organização Religiosa vai além de uma mera prestação de contas, ela atende um dos principais requisitos para manutenção da imunidade tributária que é o de manter a escrituração de receitas e despesas em livros revestidos de formalidades, com isto se confirma a hipótese H2. Ela atende às obrigações legais como, por exemplo, a apresentação das Demonstrações Contábeis, as Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (DACOM), Declaração

de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF), entre outros. Bem como, serve de ferramenta de acompanhamento, avaliação e controle de um patrimônio que pertence a uma comunidade-igreja. É através da contabilidade que uma organização religiosa garante a imunidade tributária e uma administração mais qualificada, uma vez que a contabilidade torna-se uma necessidade vital para a instituição.

Nesta monografia ficou evidente que a contabilidade para uma Organização Religiosa exerce um papel de suma importância, uma vez que é uma entidade sem fins lucrativos que depende de doações e colaborações das pessoas. Portanto praticamente todo o patrimônio constituído provém da bondade e generosidade dos que dedicam seu trabalho por uma causa religiosa e por um sentimento de pertença comunitária. Por esse motivo essas pessoas merecem receber informações transparentes das doações realizadas, dessa forma, como benefício a informação contábil faz com que essas pessoas se sintam valorizadas e convidadas a colaborar cada vez mais. É através da informação contábil que os doadores poderão ter a clara visão de onde vieram os recursos, onde foram aplicados e quais os benefícios foram gerados.

De acordo com o exposto, conclui-se que a gestão de uma Organização Religiosa exige um trabalho direcionado à preservação e ao crescimento. Para que possa alcançar as metas definidas, é necessário que o gestor tenha posse de informações que lhe dêem uma visão ampla, transparente e confiável. Nesse aspecto, a contabilidade vem a colaborar para a estruturação de tais informações, através de demonstrações contábeis e planejamento financeiro. É através da informação contábil que o gestor tem condições de analisar o passado, pensar o presente e projetar o futuro, com isto observa-se que a hipótese H3 também se confirma.

A partir dos objetivos propostos para este trabalho pode-se concluir que a informação contábil é uma ferramenta importante que garante a credibilidade e confiabilidade e que gera benefícios na administração e controle de uma Organização Religiosa. Dentro da proposta inicial, considera-se o resultado satisfatório, porém abre-se também possibilidade para um maior aprofundamento do assunto.

REFERÊNCIAS

- ALTOÉ, Adailton. **Construção da Cidadania e Gestão Eclesial**. São Paulo: Paulus, 2011.
- AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 16.Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico e financeiro**. 7.Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- CASSONE, Vittorio. **Direito Tributário**. 14.Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Manual de Procedimentos Administrativos**. Brasília: CNBB, 2010.
- CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Disponível em www.cfc.org.br acesso em 05 de setembro de 2011.
- DELAMÉA, Elenita. **Organização Administrativa dos Bens Temporais**. São Paulo: Loyola, 1986.
- DELAMÉA, Elenita. **Administração Paroquial**. São Paulo: Loyola, 1989.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GONÇALVES, Mário Luiz Menezes. **Introdução ao Direito Canônico**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- HUDSON, Mike. **Administrando organizações do terceiro setor: o desafio de administrar sem receita**. São Paulo: Makron Books, 2002.
- IUDICÍBUS, Sergio de; MARTINS Eliseu; GELBECKE Ernesto Rubens; SANTOS Arioaldo dos. **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas, 2010.
- JOÃO PAULO II. **Código de Direito Canônico**. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1983.
- KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da Ciência e iniciação a pesquisa**. 27 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- MARCONI, Marina de Andrade, Eva Maria Lakatos. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 2009.
- MONTOTO, Eugenio. **Contabilidade Geral Esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2011.
- OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO Diogo Toledo do. **Contabilidade para Entidades sem fins Lucrativos (Terceiro Setor)**. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Aristeu de e ROMÃO Valdo. **Manual do terceiro setor e Instituições Religiosas**. São Paulo:Atlas, 2006.

O NOVO Código Civil, Lei 10406/2002. Disponível em www.planalto.gov.br acesso em 11 de novembro de 2011.

PEREIRA, José Carlos. **Guia de Gerenciamento e Administração Paroquial**. São Paulo: Paulus, 2009.

QUINTANA, Alexandre Costa. **Fluxo de Caixa Demonstrações Contábeis de Acordo com a Lei 11.368/07**. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

REESE, Thomas J. – **O Vaticano por dentro**. EDUSC . São Paulo, 1999.

REGIMENTO Das Comunidades-Igreja Diocese de Caxias do Sul, 2002. Documento interno da Diocese de Caxias do Sul.

TRANSIÇÃO Oportuna. Paróquias & Casas Religiosas. Ano 6, nº 32 Setembro/Outubro/2011.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3.ed. Rio Grande do Sul: Bookman, 2005.